

Alberto Tôrres e a Transplantação no Brasil

(continuação)

JOSÉ ALÍPIO GOULART

II

SUMÁRIO DO CAPÍTULO IV — *Da formação do povo brasileiro. — O falso saber como elemento de dissolução. — O regime democrático e a falta de consciência nacional. — Os exploradores de uma situação de fato. — O uso das riquezas mal adquiridas, na superficialidade dos costumes. — Os maus exemplos e suas conseqüências na formação da juventude. — A cultuação de mais uma filosofia importada.*

AO considerar a ação destruidora, do complexo de imitação a que estamos presos, e que tantos prejuízos tem trazido, em todos os sentidos, à formação do nosso país, examinemos a seguinte opinião de Alberto Tôrres:

“Num país que não saiu do jugo da metrópole senão para ser dirigido por governos que não surgiram da carne e do sangue do povo e não comungam do seu espírito e de suas tendências, fazendo tudo, pelo contrário, para desvirtuar-lhe o caráter, subordinando-o a idéias e costumes estrangeiros, não é de surpreender que o povo não se tenha formado.” (1)

Partindo da premissa de que o povo brasileiro não é constituído apenas das populações que habitam algumas capitais cosmopolitas, ainda hoje, não se pode considerar como “povo” na justa acepção do termo, a êsse aglomerado inorgânico e amorfo de pessoas que povoam o território brasileiro, sem opinião organizada, sem consciência nacional. “Os povos — disse Renan — só têm existência quando são grupos naturais formados pela comunidade de interesses”. (2)

RENAN naturalmente emitiu êsse conceito inspirado nos povos europeus, cuja formação obedeceu a processo milenar; já no Brasil o fenômeno se verificou de modo diferente uma vez que as matrizes não se constituíram por aquêl processo; mas foram moldadas pela reunião consciente de três raças diferentes. As nossas populações não evoluíram, como as helênicas, de primitivas “aldeias agrárias”, e nem de “aldeias patriarcais”, como as romanas; também não contamos com nenhum exemplo dos “vestries” saxônios, ou dos “dorfs” suíços, ou dos “pueblos” hispânicos, ou

das “townships” dos ingleses. Não tivemos nenhum desses grupos comunitários de cuja reunião surgiam o que Max Weber e Mac Iver chamaram de “Estado-aldeia ou aldeia-Estado”.

Nos nossos engenhos e fazendas não havia, como naqueles núcleos, uma formação natural de agrupamento. Os que habitavam as grandes propriedades rurais brasileiras, ou eram escravos ou agregados do proprietário das terras, completamente rendidos à sua autoridade, sem nenhum direito de autodeliberação.

No que concerne a comunidade de interesses, é coisa que também não existia; pois, um único interesse prevalecia: o do senhor. Por outro lado, dado o sistema de concessão de sesmarias, impôsto pela coroa portuguesa, com a existência de grandes espaços de terra entre uma sesmaria e outra, os núcleos populacionais brasileiros se fixaram de modo isolado, como verdadeiras autarquias. Daí, não existir entre nós êsse amálgama de interesses comuns que formaram o tecido social, econômico e político das comunidades européias. Os brasileiros, de um modo geral, desconhecem o território do seu país, como se desconhecem mutuamente.

Inda mais, por força de nossa organização econômica, o brasileiro conhece melhor as nações estrangeiras que a sua própria; e, pela absorção continuada de literatura importada, compreende melhor os povos de outras terras que os seus patrióticos.

No conceito de PLATÃO, desde que não seja orientado pelo saber “o povo é uma multidão desordenada”.

A exceção de alguns homens possuidores de cultura sólida e de conhecimentos sadios, o que resta são pequenos grupos de semiletrados, constituindo uma força deturpadora do desenvolvimento intelectual da nação, uma vez que se propõem a propagar noções exógenas, que apreendem quando já obsoletas, e de forma errada, criando na mentalidade das gerações em formação, concepções estranhas e exóticas, sem sentido e sem utilidade prática, mas suficiente para criar novos falsos homens de saber.

Os que são estudiosos de fato, de tão poucos, são ignorados por êsses grupos a que nos referimos; admirados e cultuados por uma elite diminuta, que compreende a sinceridade e a honesti-

(1) *A Organização Nacional* — pág. 43.

(2) *Páginas Seletas* — RENAN — pág. 159 — ed. nacional.

dade de seus esforços, recolhem-se a seus tugúrios, resguardados da prepotência e fatuidade das más interpretações.

Veza por outra, êsses pequenos grupos de semiletrados tentam dar mostras de suas concepções com relação aos problemas do Brasil;

“daí, a imagem de pânico que se reflete nas palavras e nos escritos de crítica social, sob a influência pronunciada de leituras, precipitadas e sem aplicação, de obras estrangeiras, e de impressões, circulantes também nos centros estrangeiros, sôbre as nossas coisas e sôbre a nossa gente.” (3)

Aproveitando-se das possibilidades que lhe oferece o regime democrático, quando em prática num país como o nosso, em que o povo continua agregado aos clãs políticos, sob a direção de figuras patriarcais de coronéis, de chefes políticos; em que a promessa de um emprêgo público é o suficiente para se conseguir um eleitor; em que a mediocridade encontra ressonância, na massa inculta, para suas tiradas demagógicas, eivadas de promessas incumpríveis, mas feitas cínicamente, num escárnio revoltante à incapacidade de discernimento do povo, o argentarismo se compraz em dominar mais que os poderes constituídos, transformando-se, êstes, em agentes executivos das determinações e exigências daquele.

Ao invés de procurar estabelecer um equilíbrio fundado no verdadeiro respeito ao mérito, à capacidade adquirida pelo estudo e pela meditação, os poderes governamentais se entregam a tirocínios mesquinhos e à cobiça de reduzidos grupos econômicos. Como a fortuna lhes chega às mãos de modo quase inesperado, o que os faz desconhecer as duras provas a que se submetem os outros para amearhar o suficiente à uma velhice tranqüila, passam por julgar ser apanágio das pessoas de elite, o viver segundo os últimos ditames da moda estrangeira oriunda do país em voga.

“A isto, o gôsto pela imitação dos costumes superficiais das sociedades adiantadas, que é a concepção vulgar da civilização, acrescentam os estímulos do amor ao conforto exagerado, ao luxo, as tentações da vaidade.” (4)

A imprensa diária é uma fonte inesgotável de noticiário de escândalos que envolvem indivíduos de tôdas as categorias sociais. A coisa pública é solapada das maneiras mais cínicas e os escandalosos passam a ser tidos como pessoas de inteligências e... sabidas.

Os meninos de hoje, homens de amanhã, em cujas mãos pairarão as rédeas dos destinos do Brasil, nascem e se criam nesse ambiente de ignomínia e de desagregação social e moral, cercados pela puerilidade e pela futilidade dos mais velhos; observadores atentos dos modos frívolos de vida dos que deveriam ser seus timoneiros, apreendem os mesmos cacoetes e as mesmas atitudes maternas que lhes são exibidas, exatamente quando mais

precisam de exemplos e ensinamentos sãos, capazes de conduzir a formação de sua personalidade para a retidão e para a dignidade.

Poderão — perguntamos nós — êsses jovens de hoje, conduzir a nação, amanhã, por alguma trilha segura? Terão, por acaso, alguma consciência das necessidades vitais do povo-massa ou algum respeito por aquêles que sejam portadores do mérito real? E' evidente que não.

“A cultura moral e social do Brasil — cópia de costumes das sociedades européias moldadas com a longa formação tradicional dos hábitos da vida e com a inveteração de certas satisfações ao egoísmo, base do bem-estar e do prestígio social, — à ainda a fachada vacilante de um faustoso edifício, em construção, e muito frágil.” (5)

Vivesse hoje, e ALBERTO TÔRRES teria a desgraça de presenciar grassando entre a juventude brasileira, uma filosofia que exprime esgotamento social, oriunda de uma sociedade velha e cansada, que a fêz surgir e a recebeu como um derivativo para suas insatisfações, mas, que já começa a evitá-la: e existencialismo...

E, se algum indivíduo bem intencionado, prevendo os resultados calamitosos que advirão dessa debacle moral, tenta alguma iniciativa alertadora, é tachado de imbecil, de antiquado, querendo imprimir à mocidade ensinamentos vazios, pensamentos acacianos.

ALBERTO TÔRRES E A TRANSPLANTAÇÃO NA FORMAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

SUMÁRIO DO CAPÍTULO V — *A transplantação na política brasileira. — Ação dos homens públicos no Brasil. — O nosso mecanismo de reformas. — O eruditismo e a puerilidade das mensagens presidenciais. — A forma exógena de análise dos problemas nacionais. — De como se plantou a República no Brasil. — Os nossos fornecedores de fórmulas constitucionais. — O culto da oratória. — O complexo do bacharelismo. — A ação dos homens do rubi na política nacional. — A nova concepção da arte de governar. — O despreparo dos nossos governos para enfrentar a realidade. — Alberto Torres e a Constituição de 1891.*

“A nossa política é um cenário de fatos alheios a realidade social.” (6)

Foi assim que ALBERTO TÔRRES definiu a política brasileira; e o seu depoimento sintetiza tôda uma formação e uma organização instáveis, quase integralmente copiadas ou inspiradas em instituições alheias, completamente divorciadas dos costumes e dos hábitos do povo, responsáveis, pois, pela desorganização geral interna que, melancolicamente, assistimos.

Ao estudar e analisar a situação política do Brasil, no que diz respeito à sua formação, ALBERTO TÔRRES foi encontrando em tôdas as províncias onde se detinha, a presença insidiosa de idéias e de instituições transplantadas; e, em se tratando, como já dissemos, de um emérito pensador político, TÔRRES deixou as suas reverbações contra

(3) *O Problema Nacional Brasileiro*, pág. 77, ed. 1914.

(4) *A Organização Nacional*, pág. 174, ed. 1933.

(5) *A Organização Nacional*, pág. 256, ed. 1933.

(6) *A Organização Nacional*, pág. 49.

êsse procedimento dos nossos estadistas e dos nossos homens públicos de govêrno.

“Sôbre esta vida social prática, a nossa política e as nossas legislaturas edificaram, primeiro, o castelo da monarquia parlamentar inglesa, depois, o castelo do presidencialismo federativo americano; leis e regulamentos de Direito Civil, Comercial, Penal, Processual, Administrativo, de tôdas as origens; repartições, copiadas de todos os países.” (7)

Eis, aí, um belo quadro de como se formou o universo político e administrativo do Brasil; formação de papel carbono. Tem-se a impressão de que os países civilizados, ao introduzirem qualquer modificação em seus sistemas, em suas instituições, já inseriam no rodapé do esquema: “cópia para o Brasil”. Já em 1862, no seu livro “Ensaio sôbre o Direito Administrativo”, o nosso Visconde do Uruguai, homem de alta visão político-administrativa, chamava a atenção para os prejuízos da transplantação sem adaptação, que sempre se fez entre nós.

Ao ser fundada, a República se limitou a aplicar em nosso país, a forma adotiva com que foi concedida; e até o nome de “estado” foi dado às antigas províncias, por imitação da técnica americana.

Ao construirem a aparelhagem política do nosso país, os homens que a isso se dedicaram não tomaram por exemplo, como deviam, o processo seguido pelos povos antigos, processo êsse que consistia em ir buscar nas diversas peculiaridades do povo, a inspiração necessária à estruturação do mecanismo político de suas nações. O que se fez no Brasil foi transplantar para dentro de suas fronteiras aquêles mecanismos, já prontos, e tentar submeter a êles um povo cujos hábitos e costumes eram completamente diferentes dos que haviam inspirado ditos mecanismos.

Com o mais absoluto desprezo pelo que possuímos de estável, sofremos da mania das reformas; e fazemo-las, e refazemo-las, de súbito, na maioria das vêzes para consultar interesses de pequenos grupos em detrimento dos verdadeiros reclamos do nosso desenvolvimento e do nosso progresso. Basta consultar superficialmente o mecanismo de processamento das nossas reformas, para se concluir da fragilidade tanto de uma como das outras.

Na Inglaterra, onde existe um povo que possui opinião organizada, as reformas são reflexos de movimentos de pressão dessa mesma opinião que, como disse TAINE, (8), bate as portas do Parlamento, fá-las entreabrirem-se, ou arromba-as se necessário. No Brasil, ao invés de partir da base para o ápice, o critério das reformas surge dêste, para aquela, subvertendo estruturas, sem o mínimo respeito a algum traço que devesse ser conservado.

Que o Brasil é um país a exigir reformas periódicas, dado o ritmo acelerado de seu cresci-

mento, é coisa incontestê; todavia, as que são levadas a efeito, trazem a marca do interesse individual, ou de grupos, sejam políticos, sejam econômicos. Se porventura surge no cenário político, ou administrativo, algum espírito bem intencionado, propondo alguma modificação realmente imprescindível, avoluma-se contra o mesmo uma onda de protestos, dilapidam-no, e acabam por tornar impraticável o que se originara do bom senso.

“E’ muito fácil conceber belas instituições, mudar de programas, recebê-los de outros, aprender e aceitar teorias, fazer revoluções, sobrepor, enfim, à vida de um povo um mecanismo qualquer, rotulado com o nome de uma teoria ideológica, que passa a ser, para os destinos da sociedade, como a vida de cena e dos bastidores de teatros, para os espectadores e para a vida real dos atores, ou como tumulto de enfermarias de moléstias mentais, para a realidade ordinária da existência.” (9)

O alheamento absoluto a que o centro ativo subordina a periferia passiva, ao tomar as suas decisões; a implantação de reformas que não apresentam nenhum traço de ligação com o direito público costumeiro, faz com que a sociedade brasileira se movimente dentro de um emaranhado de princípios, de sistemas, de instituições, completamente estranhos, que não compreende e nem assimila, mas que é obrigada a aceitar. Daí, o desajustamento constante das nossas populações, das sociedades, das classes, que vivem a procurar suas bases próprias.

Segundo ALBERTO TÔRRES, a causa dessa situação fictícia em que nos movimentamos dentro do nosso tecido político, está em que

“os homens públicos — doutos parlamentares e criteriosos administradores — não eram políticos, nem estadistas; bordavam, sôbre a realidade da nossa vida, uma teia de discussões abstratas, ou teóricas; digladiavam-se em tórno de fórmulas constitucionais, francesas ou inglesas; tratavam das eleições, discutiam teses jurídicas, cuidavam do exército, da armada, da instrução, das repartições, das secretarias, das finanças, das relações exteriores, imitando ou transplantando instituições e princípios europeus.” (10)

Um outro aspecto a que ALBERTO TÔRRES se referiu para salientar a distância existente entre a conduta dos nossos homens de govêrno e a realidade oferecida pelo panorama nacional, é aquêla em que o autor se refere à preocupação do eruditismo. Há em Torres uma revolta contra o complexo de erudição que envolvia a nossa elite governamental; o gôsto das palavras difíceis e das frases empoladas, das citações abundantes, que não atingem o âmago das coisas e se perdem por falta de conteúdo, foi por êle apontado no seguinte trecho:

“Nesta sociedade sem povo, onde as classes se defrontavam quase com o rigor das castas da Índia, enquanto os donos da terra extraíam inconscientemente a seiva do solo, os legisladores enchiam os anais do Parlamento desses intermináveis discursos, tão usados nas épocas de decadência, onde, a propósito do fato impressionista do dia, se acumulam inúmeros argumentos e copiosas citações de autores estrangeiros, sem que se chegasse jamais a conhecer

(7) *O Problema Nacional Brasileiro*, pág. 145.

(8) *Notas sôbre a Inglaterra* — TAINE.

(9) *A Organização Nacional*, pág. 43, ed. 1933.

(10) *Idem*, pág. 58.

“nossos problemas positivos e permanentes e a atingir os fenômenos reais da vida nacional e suas causas íntimas e profundas.” (11)

Todavia, se atentarmos para a maneira pela qual se iniciou e perdurou por muitos anos a nossa formação intelectual, chegaremos à conclusão de que outro não poderia ser o comportamento daqueles homens. É preciso não esquecer que o pergaminho e o anel de rubi significavam para o seu portador a obrigação da erudição, da retórica, do acúmulo de conhecimentos heterogêneos e impressionistas; e o Congresso brasileiro, até bem poucos anos atrás nada mais era do que um centro de bacharéis.

Ao ingressar na política, os jovens educados na Europa, animados pelo sucesso que alcançavam nas reuniões caseiras, nos saraus dos sobrados, traziam para a liça parlamentar a mesma psicose do verbo iluminado, da gesticulação estudada, da inflexão decorada, crentes de que essas manifestações de puro teatralismo eram suficientes para fazer do Brasil uma grande nação; ignoravam que “um governo é bom quando é o governo próprio de seu país e de sua época”; (12) não sabiam que um governo só é verdadeiramente governo, quando desce das concepções bizantinas, quando se divorcia das idealizações cerebrinas, para auscultar, no terra a terra, os anseios verdadeiros do povo, disso retirando o material virgem para plasmar as instituições.

“O governo — disse Mac Iver — é um fenômeno, que emerge da vida social, inerente a natureza da ordem social. Nenhuma ciência pode ensinar ao homem como governar, no sentido em que a engenharia ensina como construir uma ponte. A arte de governar está irremediavelmente presa ao complexo-mítico sempre mutável, que liga governantes e governados.” (13)

Já vai longe o tempo em que se fazia política pela política; hoje, “a arte de governar tem de abandonar forçosamente o critério político, em suas classificações, para adotar o critério social e econômico.” (14) SILVIO ROMÉRO nos legou um postulado sobre política que merece ser aqui evidenciado; disse êle que os imperativos da política são:

a) obrigação de estar ela em acôrdo e em *consensus* com tôdas as outras manifestações espirituais ativas de cada povo, cuja vontade dirige e formula, direito, religião, moral, arte, ciência, vida econômica;

b) obrigação de renunciar à mania de supor que instituições se copiam indiferentemente de estranhos, sem atenção às condições de tempo e espaço;

c) obrigação de abandonar no sistema representativo a base do materialismo grosseiro do

“território e da cifra de população”, e procurar o almejado apoio na representação das grandes funções sociais correspondentes às criações fundamentais existentes. (15)

Poderíamos passar a fazer comentários em tôrno dêsses enunciados de SILVIO ROMERO; mas, de tão claros e evidentes, dispensam os mesmos o nosso pronunciamento, que só serviria para alongar o presente estudo.

O que torna as nações economicamente e socialmente poderosas não são as belas peças oratórias nem o número de seus filhos anelados que, no Brasil, sobe à casa dos sete milhões; o que fortalece uma nação é uma economia bem dirigida, atendendo satisfatoriamente as exigências internas e em condições de competir na concorrência externa; um povo que saiba situar o valor do manejo manual e intelectual nas suas justas posições face aos reclamos naturais de expansão econômica e social; um povo organizado, consciente de suas responsabilidades para com a nação, capaz de discernir, nos momentos precisos, o falso do verdadeiro; um povo que saiba amar a sua pátria e não poupe esforços e sacrifícios para vê-la próspera e engrandecida no concôrto das nações.

Já está sobejamente provado que o estudo que tem como finalidade única alcançar um diploma, não tem valor; e, no Brasil, êsse complexo só nos tem sido prejudicial. Apegados como ainda nos encontramos ao velho conceito de nossos avós de que trabalho é para escravo, o maior ideal das nossas camadas jovens ainda é o de colocar no dedo o anel de doutor; de posse, todavia, do anel e do diploma, duas são as perspectivas que se abrem diante da mocidade brasileira: a da política e a da burocracia.

O Brasil é um país que apresenta, indiscutivelmente, condições de subdesenvolvimento; portanto, é um país que está a pedir homens nos campos, nas fábricas, nas usinas, nas minas, reavivando suas forças vitais e transformando em riquezas as suas inesgotáveis reservas latentes. A educação, em nosso país, deve ser dirigida no sentido do treinamento manual ao invés do treinamento mental como a que aí está.

Outros trechos da obra de TORRES, em que êle aponta a transplantação como causa de mais alguns fracassos nossos, são os seguintes:

“Terminadas as festas da Independência, abandonamos os trabalhos de organização, passando, por sobre uma ligeira obra legislativa e administrativa de cópias e imitações apressadas — feitas com imenso dispêndio, em lutas e debates estéreis — a sonhar e tentar novas idéias, novas conquistas, novas glórias.” (16)

E mais:

“Uma das causas da confusão da força governamental com a força discricionária, está no caráter das contribuições e das leis. Copiadas do estrangeiro ou formuladas sob inspiração de idéias teóricas, e não atendendo aos

(11) *A Organização Nacional*, pág. 125, ed. 1933.

(12) *Idem*, pág. 104.

(13) *The Web of Government* — MAC IVER.

(14) *A Organização Nacional*, pág. 195, ed. 1933.

(15) *In “Processo de Sociologia no Brasil”* — GUERREIRO RAMOS, pág. 26.

(16) *A Organização Nacional*, pág. 231 — ed. 1933.

fatos da sociedade, nem se aplicando às suas necessidades, o Poder Público sente-se, quando entra em contato com as realidades, desarmado para agir." (17)

A nosso ver, TÔRRES foi um tanto severo ao classificar como lutas e debates estéreis a ação desenvolvida pelos homens que orientaram a política brasileira durante o tempo decorrido entre a Independência e a República. Seus erros foram de muito superados por seus acertos; e graças a essa plêiade de espíritos fortes e caracteres firmes, deve o Brasil a sua unidade política e territorial; e o povo brasileiro, as fundações de sua nacionalidade. Seria injusto destacar nomes; porque mesmo excetuando os que pouca projeção tiveram, sobriariam muitos para serem citados.

Ainda, referindo-se à Constituição de 1891, TÔRRES lançou o seu grito de reprovação, nos seguintes termos:

"A nossa lei fundamental não é uma Constituição; é um estudo doutrinário, composto de transplantações jurídicas alheias." (18)

E' por demais sabido que a Constituição acima citada foi elaborada tendo por espelho a Constituição dos Estados Unidos, ao que se aduziu princípios de Direito Público colhidos de outros países, principalmente das teorias dos publicistas franceses.

ALBERTO TÔRRES E A TRANSPLANTAÇÃO NO PANORAMA ECONÔMICO DO BRASIL

SUMÁRIO DO CAPÍTULO VI — *A transplantação no terreno econômico. — Influência dos países economicamente poderosos sobre a mente dos dirigentes da economia nacional. — O abandono da economia rural. — Síntese da influência estrangeira na vida brasileira.*

No que concerne ao estudo dos nossos problemas de ordem econômica, notou Alberto Torres o mesmo espírito de imitação que sempre presidiu tôdas as iniciativas, ou quase tôdas, que foram levadas a efeito em qualquer província da formação nacional brasileira.

As nossas manifestações, no terreno econômico, nunca se pautaram pelos ditames dos interesses nacionais: produziram-se em obediência a diretrizes exógenas, que são aceitas, quando não pela mania de imitação, por força da pressão exercida pelos países fortes sobre o funcionamento da nossa indústria e do nosso comércio.

A abolição da escravatura, que tão graves transtornos ocasionou ao sistema econômico do Brasil, teve sua semente na suspensão do tráfico de escravos determinado pela Inglaterra, e se concretizou, definitivamente, por pressão da referida nação. Poderíamos enfileirar aqui uma série de outros fatos que a história de nossa formação

econômica nos relata; todavia, passemos a palavra a ALBERTO TÔRRES:

"Não é lícito duvidar que, na atual situação econômica da Terra, com o desequilíbrio que caracteriza as relações da produção e do consumo, e com o inflacionismo comercial e industrial, os interesses dos grandes centros de negócios estão, naturalmente, em conflito com os interesses dos países novos, que êles exploram mercantilmente. O pensamento, que os espíritos educados na literatura ligeira, e nos artigos de jornais, e os brasileiros viajados, recebem, das palestras e da vida mundana que nos vem, enfim por vários canais, da City, de Londres, e da Bôlsa, de Paris, traduzindo a impressão da sensibilidade da fiança sobre os riscos de seus interesses — é um pensamento, senão sempre adverso, sempre alheio aos nossos interesses." (19)

Se porventura TÔRRES estivesse escrevendo hoje teria acrescentado mais uma Bôlsa: a de Nova Iorque. País monocultor, incapaz de suprir as necessidades de seu mercado interno e de concorrer na feira mundial em igualdade de condições com as nações industrializadas, o Brasil, do ponto de vista econômico, sempre viveu na dependência de resoluções externas, oriundas dos grandes centros controladores da produção global. Ora, desde que o desenvolvimento econômico dos países novos, onde as fontes de riqueza ainda se encontram praticamente por explorar, só virá oferecer concorrência aos grandes centros, ao mesmo tempo que eliminar, por completo, a exploração mercantil dêstes sobre aquêles, é evidente que a conduta das nações velhas e esgotadas só se pode basear no cerceamento de elementos que possam proporcionar dito desenvolvimento.

Mas, apesar da clareza com que tal comportamento se apresenta, os nossos estadistas, — disse TÔRRES —

"habitados a conceber o estado atual das coisas, na Europa e nos Estados Unidos, como expressão de progresso, êles caem no êrro, comum a todos os que não têm a imagem da vida e da sociedade iluminadas pela noção do "tempo", prolongando-se para o futuro, e pela da relatividade, de supor que aquêle estado exprime um nível definitivo de adiantamento humano, ou uma fase forçada de evolução de todos os povos." (20)

No que tange à economia rural, TÔRRES também sentiu a presença da transplantação influenciando no modo de se considerá-la e disse:

"Para os problemas da economia rural, adotamos os mesmos institutos, escolas, campos de demonstrações, sindicatos, exposições, que se encontram em outros países." (21)

Apesar, porém, de todo êsse mecanismo complicado e dispendioso, ainda não foi possível oferecer às populações rurais um *status* social condigno com a qualidade de ser humano dos que as compõem e nem se deu à produção dessas mesmas populações o amparo de que ela tanto neces-

(19) *O Problema Nacional Brasileiro*, pág. 112, ed. 1914.

(20) *A Organização Nacional*, pág. 282, ed. 1933.

(21) *O Problema Nacional Brasileiro*, pág. 91, ed. 1914.

(17) *Idem*, pág. 383.

(18) *A Organização Nacional*, pág. 88, ed. 1913.

sita. O que verifica é o êxodo das massas camponesas, em demanda das zonas urbanas, por um imperativo natural do instinto de conservação.

Os grandes latifúndios, oriundos do sistema de sesmarias implantado no início da colonização pelo invasor português, é um dos fatores mais fortemente responsáveis pela não fixação do homem rural brasileiro à terra, dado que, a permanecer no campo, êsse mesmo homem se vê obrigado a aceitar contratos de trabalho remanescentes dos velhos sistemas da era feudal, em troca da lavra de uma terra à qual não o prende nenhum vínculo.

ALBERTO TÔRRES conseguiu sintetizar tôda a influência estrangeira na vida brasileira, no seguinte trecho:

“Se Portugal já não tivesse, a dar para modelo da nossa arquitetura, as suas vastas casas de herdade, chatas e largas, com amplas varandas, é provável que, já nos nossos campos e nas nossas cidades dos tempos coloniais, se encontrassem os chalés suíços, e os edificios agudos e esguios, construídos para o deslizar das neves; mas a tolice

que o primeiro colono não fêz, está fazendo o bisonho civilizado contemporâneo. As nossas novas e garridas cidades, os lares das nossas modernas fazendas, tomam, para modelo de suas edificações, os palácios de Paris e os cottages ingleses; a êste exemplo material, visível, de falta de senso de adaptação, corresponde, nos hábitos da vida, nos processos de trabalho, nos métodos de ação social, nas instituições, uma combinação de maneiras, costumes, idéias, convenções, formas, aplicações todos importados, que tornam o homem cada vez mais estranho a seu meio e a sociedade cada vez mais disparatada com o seu ambiente.” (22)

Às novas gerações cabe a magna tarefa de meditar sôbre êsses ensinamentos legados por ALBERTO TÔRRES, que foi um dos mais sinceros e honestos estudiosos dos problemas reais do Brasil. Por essa razão, estamos a reavivar alguns dos seus pensamentos que podem servir de orientação ao movimento de recuperação nacional que ora se verifica.

Nosso lema deve ser: “Somos brasileiros; tudo que disser respeito ao Brasil nos interessa”.

(22) *A Organização Nacional*, ed. 1933.